

**Encontro Inter-regiões - Centro-Oeste**Centro-Oeste - Evento virtual  
De 1 a 31 de outubro de 2020**EXPOCOM - RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DO TRABALHO**

<b>INSCRIÇÃO</b>	00014
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>CAMPUS</b>	CamponGrande
<b>CIDADE</b>	Campo Grande
<b>UF</b>	MS
<b>CATEGORIA</b>	CA
<b>MODALIDADE</b>	CA02
<b>TÍTULO</b>	Pode beijar a noiva?
<b>ESTUDANTE-LÍDER</b>	Pâmela Machado Ladislau
<b>CURSO ESTUDANTE-LÍDER</b>	Jornalismo
<b>COAUTOR(ES)/ ORIENTADOR(ES) CURSOS:</b>	Taís Marina Tellaroli Fenelon (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

**DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO:**

O documentário "Pode beijar a noiva?" é uma produção da acadêmica Pâmela Machado Ladislau com orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Taís Marina Tellaroli Fenelon, como requisito para a aprovação na disciplina Projeto Experimental II do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O projeto aborda o tema "Casamento Infantil em Campo Grande/MS", contendo entrevistas com meninas que se casaram antes dos 18 anos, além das consequências psicológicas e educacionais do casamento na vida das personagens. O trabalho considerou a definição da UNICEF (1989), de que todo ser humano com menos de 18 anos é considerado criança, exceto quando a maioria é alcançada antes. O título traz a tona uma frase utilizada geralmente nas festividades do casamento, com tom de questionamento devido à idade das meninas, no caso, da noiva. O tema surgiu primeiramente por motivação pessoal, visto que grande parte das mulheres da minha família se casaram antes de completarem os 18 anos e eu fiquei noiva aos 14 anos. Sem me casar e devido a naturalização desses fatos pelo meio de convivência resolvi estudar a relevância do tema, me deparando com pesquisas como "Ela vai no meu barco" do Instituto Promundo (2015) que apontam o Brasil como o quarto país do mundo com maiores índices de casamentos infantis. Dessa forma, resolvi aprofundar no porquê meninas se casam nessa faixa etária em Campo Grande, Mato Grosso do Sul e as consequências já citadas. Outro objetivo foi o reconhecimento do casamento infantil como um problema, visto que, segundo o artigo escrito por Viviana Santiago (2017) publicado pela Plan International Brasil no site HuffPost o casamento infantil não é invisível, porém não é reconhecido como problema. O trabalho foi realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, durante o segundo semestre de 2019, utilizando para captação um tripé, um celular e um microfone de lapela. A escolha se limitou a personagens mulheres, porque de acordo com a pesquisa já citada do Instituto Promundo (2015), meninas são as mais afetadas por essa prática. Dessa forma, foram realizadas entrevistas com três personagens, uma defensora pública que atende causas da infância e juventude, uma psicóloga e uma assistente social.

**DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS REALIZADAS:**

Inicialmente para realização do trabalho foi realizado um levantamento de pesquisas e estudos acerca do casamento infantil no Brasil, dentre eles, a pesquisa "Ela vai no meu barco" realizada pelo Instituto Promundo (2015), apontando que o Brasil é o quarto país do mundo com maior número de casamentos infantis. A partir dessa pesquisa também foi possível obter dados sobre a consequência do casamento na vida dessas meninas, como por exemplo a gravidez, atrasos educacionais e limitações à mobilidade das meninas. Para a obtenção de dados regionais sobre o tema foi realizada a solicitação de dados das Estatísticas do Registro Civil, de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para confirmar a existência de casamentos infantis no Mato Grosso do Sul e em Campo Grande. Os dados regionais apontaram que entre os anos de 2009 e 2017, as Estatísticas do Registro Civil registraram pouco mais de 136.048 casamentos no estado de meninas menores de 18 anos, sendo 62.277 na capital. De acordo com os dados disponibilizados também foi possível registrar uma taxa de crescimento nos casamentos, passando de 13.448 casamentos no estado em 2009 para 16.533 em 2017, último ano com o registro de dados, aumento de 22,94%. Na capital houve crescimento de 14,41%, com 6.128 casamentos registrados em 2009 e 7.011 em 2017. O casamento infantil também se tornou pauta de legislação recente,

visto que, em março de 2019 houve alteração no Art. 1.520 da Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Brasil, 2018) que permite o casamento de jovens maiores de 16 anos com o consentimento dos pais. A artigo permitia o casamento de menores de 16 anos em caso de gravidez ou para evitar cumprimento de pena criminal, atualmente o casamento de menores de 16 anos é proibido em qualquer situação. Para a realização do documentário foi utilizada como principal bibliografia Bill Nichols (2012), utilizando essencialmente o modo reflexivo para trazer o debate que o tema propõe com o objetivo de aguçar a consciência de quem assiste. Além disso, para observação mais profunda da vida das personagens, principalmente durante o conhecimento das fontes ainda sem gravações, foram utilizadas percepções do modelo observativo citado por Nichols (2012).

### **DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO:**

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico e dados, que auxiliou na definição de quais subtemas seriam abordados, quais entrevistados seriam mais adequados como especialistas, quais perguntas seriam realizadas durante a entrevista com personagens e entre outras questões práticas. Neste ponto foi definido que as entrevistadas deveriam ter se casado com menos de 18 anos entre 2009 e 2019, para ser um período consideravelmente recente, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A partir disso, as buscas iniciadas foram por fontes personagens, inicialmente por meio de conhecidos e em escolas que possuem Educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que o atraso educacional é apontado como consequência. Porém, foram encontradas fontes que se casaram fora do período determinado ou que não se sentiram a vontade para participar do documentário. Para acelerar o processo foram realizadas publicações em redes sociais, rendendo o contato de onze personagens. Após um período de conhecimento das personagens, algumas se sentiram mais a vontade para participar do documentário e foram agendadas as entrevistas. Para as entrevistas foram utilizados o celular como câmera, microfone de lapela e tripé, a opção de utilizar celular se deu pela falta de recursos para uma câmera própria e independência de disponibilidade nos horários das entrevistas, caso fosse utilizar uma câmera da universidade. Dessa forma, surgiu a escolha de tripé adequado para o aparelho e o microfone de lapela com a entrada adequada que possibilitaria um áudio adequado. A primeira entrevista foi realizada com a personagem Tainá, a segunda com a Ângela e por fim, a personagem Lorryne. Algumas perguntas foram baseadas em conversas anteriores com as personagens, que possibilitaram conhecimentos específicos das histórias. Após as entrevistas com personagens foi realizada a busca por especialistas que poderiam falar sobre o assunto. Inicialmente a busca foi realizada no contato com Ministério Público, logo após fui informada que quem lida com situações do tipo é a Defensoria Pública do Estado. A partir daí foi agendada a entrevista com a defensora, seguida por entrevistas na mesma semana com a psicóloga e a assistente social do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul (Nudeca). Por fim, iniciou-se a fase de edição que contou com a criação de um roteiro a partir dos conteúdos captados, estruturado com apresentação do tema, seguida por histórias das personagens, consequências, influência de classe social, finalizando com sonhos e realidade atual das personagens. Toda edição foi realizada no programa Adobe Premiere Pro CC, contando com informações da pesquisa teórica para enriquecer o documentário e trilha sonora com intuito de deixa-lo mais reflexivo. A trilha foi retirada de plataforma que disponibiliza o material gratuito, para evitar problemas com direitos autorais.